



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**WILLIAM FRANK SOUZA DOS SANTOS**

**CIDADÃO PROTEGIDO É CIDADÃO CONSCIENTE**

**PÓLO DE SÃO DOMINGOS/SE  
JANEIRO DE 2016**

**WILLIAM FRANK SOUZA DOS SANTOS**

**CIDADÃO PROTEGIDO É CIDADÃO CONSCIENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Eixo temático: Escola como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflitos.

Professora Orientadora: Mestra Karla Karine de Jesus Silva

**PÓLO DE SÃO DOMINGOS/SE  
JANEIRO DE 2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

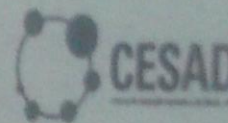
William Frank Souza dos Santos, 2015.

Cidadão Protegido é Cidadão Consciente / William Frank Souza dos Santos  
- 2005. 52 f. : 30 cm.

Orientador: Prof . Ms. Karla Karine de Jesus Silva.

Plano de Intervenção / Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de  
Sergipe / Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Escola  
como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflitos, 2015.

1. Protegido. 2. Consciente. 3. Pré-adolescentes. 4. Escola 5. Drogas.  
Silva, Karla Karine de Jesus. Cidadão Protegido é Cidadão Consciente.



### COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção dos discente William Frank Souza dos Santos, sob o título "*Cidadão protegido é cidadão consciente*", defendido e aprovado em 25 de novembro de 2015 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Altair Reis de Jesus

Prof. MSc. Priscila Soares

Prof. MSc. Karla Karine de Jesus Silva



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

## **COMISSÃO JULGADORA**

Plano de Intervenção do docente WILLIAM FRANK SOUZA DOS SANTOS defendido e aprovado em especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

---

**(Examinador/a 1)**

---

**(Examinador/a 2)**

---

**(Orientadora)**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, o maior responsável por toda a minha vida, a minha família que a todo momento esteve a me apoiar; a minha orientadora que muito paciente me orientou quanto aos caminhos a serem seguidos; aos meus professores, colegas e a todos que de forma direta e indireta contribuíram para mais essa vitória.

## **RESUMO**

O Projeto de Intervenção “Cidadão Protegido é Cidadão Consciente” objetiva a implementação de ações no ambiente escolar, por meio da ação de prevenção do uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas dos alunos do 5º ano A, crianças e pré-adolescentes de 09 a 11 anos. Esse trabalho, pretende ainda, orientar a comunidade acadêmica quantos aos efeitos do uso abusivo de substâncias psicoativas. Através de sequência de palestras, apresentações teatrais e de filmes, sendo estas ações distribuídas e descritas em três capítulos, a saber: Drogas, família e educação; o alcance das drogas na Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves; conscientizar é proteger. Pois, a cada dia que se passa, o abuso de drogas alcança um público com idade cada vez menor. Assim, acreditamos que a melhor solução para a problemática da drogadição, é por meio da prevenção com profissionais e alunos conscientes dos próprios deveres e direitos.

**Palavras-chaves:** Protegido, consciente, pré-adolescentes, escola e drogas.

## **ABSTRACT**

The Intervention Project "Citizen Protected is Citizen Conscious" objective the implementation of actions in the school environment, by preventing the abuse of action of legal and illegal drugs of students in 5th grade A, toddlers and pre-teens 09-11 years. This work aims to further guide the academic community how the effects of the abuse of psychoactive substances. Through sequence of lectures, theatrical performances and films, which are distributed and actions described in three chapters, namely: Drugs, family and education; the scope of rogas at the Municipal School Cecílio Eugenio Alves; awareness is to protect. For every day that goes by, the drug abuse reaches an audience with ever younger age. Thus, we believe that the best solution to the problem of drug addiction is through prevention with professionals and students aware of their own rights and duties.

**Keywords:** Protected, aware, pre-teens, school and drugs.

## **LISTAS DE FOTOGRAFIAS, IMAGENS E/OU TABELAS**

TABELA DE ETAPAS .....	35
TABELA DE RECURSOS .....	36
TABELA DE RECURSOS HUMANOS .....	37
FIGURA 1 .....	38
FIGURA 2 .....	39
FIGURA 3 .....	39
FIGURA 4 .....	40
FIGURA 5 .....	40

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: DROGAS, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO .....	13
CAPÍTULO 2: O ALCANCE DAS DROGAS NA ESCOLA MUNICIPAL CECILIO EUGÊNIO ALVES .....	23
CAPÍTULO 3: CONSCIENTIZAR É PROTEGER .....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	46
ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE ESCOLAR.....	50
ANEXO B - CRONOGRAMA .....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	52

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma ferramenta a serviço de um objetivo de natureza pedagógica e/ou educacional no ambiente escolar quanto ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas dos alunos do 5º ano A da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves. Em que nos propomos intervir através da oferta de informações quanto as drogas. Promovendo a conscientização e a proteção contra o abuso de drogas.

A Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves está localizada na Rua João Ribeiro da Conceição, s/n Conjunto Habitacional Gov. Albano do Prado Franco no município de Macambira, Estado Sergipe, CEP.: 49.565-000, telefone: (79) 3457-1045, Código do INEP: 280.271-40, CNPJ: 03264475/0001-83. O funcionamento desta escola foi autorizado pela Resolução CCE nº 322 de 01 de setembro de 2011, Parecer nº 199/CCE. O núcleo de gestão é formado pela gestora: Maria Lúcia de Souza Passos, coordenadora pedagógica: Gisele da Conceição e pela secretária: Alessandra Meireles de Melo.

A comunidade escolar da Unidade de Ensino Cecílio Eugênio Alves, especificamente os alunos do 5º ano A, é caracterizada em sua maioria, por famílias advindas da classe economicamente baixa cuja renda é predominantemente de um salário mínimo. A maioria dos alunos residem na zona rural, os quais utilizam transporte escolar e fazem parte dos programas do Governo Federal, como o Bolsa-Família e o Mais-Educação. O município ficou no 7º lugar com Índice de desenvolvimento humano – IDH no ano de 2011.

A escola que acabamos de identificar, possui dentro do próprio funcionamento muitos problemas, como físico, organizacional, dentre outros. Mas, a problemática que se sobressai dentro do tema abordado, é o de abuso de drogas. Abuso este que se tornou mais crítico ainda, por alcançar um público maior e com idade cada vez menor. Sendo percebido no ambiente escolar, alunos do 5º ano A, sob o efeito de droga ou fazendo menção ao uso de substâncias psicoativas.

Assim, entendemos que podemos contribuir com este cenário implementando ações no ambiente escolar visando à prevenção do uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas pelos alunos do 5º ano A. Pretendemos orientar toda comunidade escolar, a qual esta série é inserida, quantos aos efeitos do uso abusivo de substâncias psicoativas. Ainda, proporcionaremos discussões acerca do uso de drogas por meio de debates, apresentação de filme e dramatizações da

realidade drogadicta<sup>1</sup>. Também, capacitando todos os profissionais do ambiente escolar, quanto a identificação do uso abusivo de substâncias psicoativas bem como os devidos encaminhamentos a serem realizados por meio de palestras e debates.

A definição do objeto de estudo se deu pela constatação da realidade de jovens e crianças se drogando cada dia mais cedo. Pois, são seres humanos ainda em formação e que se tornam alvo fácil de ser conquistado. Ao mesmo tempo, vivem em meio a um paradoxo de orientações, em que de um lado existem pais, mães, demais parentes e amigos, permissivos ao uso de drogas como o álcool, uma substância lícita que movimenta boa parte do comércio nacional. E, de outro lado os setores públicos, como as secretarias de segurança que pregam uma proibição total e repressão às drogas. Sendo a exceção, trabalhos realizados por profissionais conscientes de nossa real situação. Assim, entendemos que nenhum destes extremos ofertam uma solução viável e condizente a de nosso país em que a falta de informação, fator preponderante ao abuso de drogas, pode ser resolvido pela oferta de informações e consequente conscientização.

O presente projeto será guiado pelas informações coletadas e pesquisadas dentro da temática em proposição, “Cidadão protegido é Cidadão Consciente”. Uma vez que a escola é afetada pela epidemia das drogas e com um público sempre mais novo. Pretendemos assim, trabalhar com este público a proteção por meio da promoção da conscientização, sendo a resolução para um público desprotegido pela falta de informação. Pois, as turmas inferiores ao 6º ano da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves, sempre ficaram a parte de intervenções na área das drogas.

O projeto tem por eixo metodológico ou plataformas de trabalho, a realização de pesquisa de campo no espaço da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves que aconteceu nos dias 07, 14 e 21/07 do corrente ano. Na qual pudemos conversar com a coordenadora pedagógica Gisele quanto a problemática que a escola enfrenta, o abuso de drogas cada vez mais cedo. E, nos informou o quantitativo de alunos de 10 a 11 anos do 5º ano A a serem atingidos que perfazem um total de 25 alunos. Os alunos do quinto ano A, apesar de não serem normalmente, participantes de formações na discussão das drogas, participaram de uma enquete sobre as drogas realizada pela própria escola.

---

<sup>1</sup> O termo drogadição é utilizado para se referir ao abuso ou a dependência química no meio científico e comumente entre profissionais que trabalham no setor da saúde, sendo a dependência química citada, a tolerância ou a dependência de substâncias psicoativas, ou seja, substâncias que alteram o funcionamento normal da dimensão psicológica humana. Acrescentando ainda que drogadicto se diz daquele que comete a drogadição. Disponível em: <http://www.sissaude.com.br/sis/inicial.php?case2=3&idnot=335>. Acesso em 15 de julho de 2015.

Outro eixo é o levantamento de dados por meio de pesquisas e entrevistas já realizadas e a serem realizadas de cunho qualitativo que foi a enquete supracitada e um questionário aplicado também referente as drogas. Tendo ainda o levantamento de literatura especializada na área da drogadição dentro do espaço escolar e a mobilização deste mesmo espaço para com a temática das drogas que compreende um período entre o mês de julho e o mês de novembro.

Após o levantamento de informações, percebemos que a nossa proposta de intervenção de proteção pela conscientização na comunidade escolar, está em consonância com os objetivos da escola, dentre os quais destacamos: oportunizar aos discentes um ensino de qualidade focando uma metodologia de praxes; compreender a vida escolar como participação no espaço público, utilizando os conhecimentos adquiridos, para construção de uma sociedade justa e democrática e trabalhar os conteúdos de ensino-aprendizagem de forma sócio construtiva e interdisciplinar, de modo a preparar cidadãos ativos, capazes de adaptar-se à dinâmica social.

Portanto, esse trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo discute alguns autores que fundamentam teoricamente o tema “Cidadão Protegido é Cidadão Consciente. Seguido pelo segundo capítulo, o do diagnóstico, etapa esta que nos possibilita o conhecimento da realidade a que nos propomos intervir.

Encerrando com o terceiro capítulo, o do plano de intervenção em que são planejadas e organizadas as ações em vista da implementação de ações no ambiente escolar. Por meio da prevenção do uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas pelos alunos do 5º ano A. O qual trabalhará a intervenção de forma detalhada da proteção quanto a drogadição por meio da conscientização.

## CAPÍTULO 1: DROGAS, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

O tema escolhido de nosso projeto de intervenção “Cidadão Protegido é cidadão consciente”, é proposto como proteção por meio da conscientização no âmbito da drogadição. Tema este que se enquadra na área do direito e dentro desta área, ele é muito refletido.

Desta forma, percebemos que os textos científicos usados como material didático em nosso curso de pós graduação, “Especialização direitos infanto-juvenis no ambiente escolar - Escola que protege”, são de suma importância para a nossa fundamentação teórica. Esses textos nos possibilitaram fundamentar o que, onde, como e o para que da intervenção que se propõe, como pode ser visto logo abaixo:

Antes de iniciar qualquer investigação da realidade, é imprescindível revisar a literatura. É o B.A. BA, o ponto de partida que você não pode perder de modo algum: você deve saber o que você quer fazer, onde você quer chegar para poder, em seguida, construir o caminho que o/a levará até lá, nas melhores condições. A revisão bibliográfica permite distanciar-se dos falsos problemas; adquirir conhecimentos científicos fidedignos sobre a temática; encontrar idéias e pistas de reflexão; escolher adequadamente os conceitos mais pertinentes para explicar a realidade observada; levantar hipóteses explicativas da situação e hipóteses de ações para resolver o problema ou desenvolver potencialidades. Formular perguntas certas, já é antever soluções. O foco da intervenção depende do enfoque teórico escolhido, pois qualquer ação é a concretização de uma determinada compreensão do mundo que precisa ser explicitada<sup>2</sup>.

O texto acima citado nos mostra as etapas necessárias de um projeto de intervenção, o qual estamos a realizar no âmbito educacional. Além deste, faremos uso do texto “ECA no ambiente escolar” em vista da compreensão da escola como espaço de proteção, promoção e valorização da diversidade<sup>3</sup>.

Nesta mesma discussão do espaço escolar como espaço de proteção e conscientização faremos uso da publicação “Notas sobre estudos da infância” in: “Por uma escola que protege:

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo % 2 0 I X % 2 0 - % 2 0 Elabora % 3 % A 7 % C 3 % A 3 ° % 2 0 de % 2 0 planos % 2 0 de % 2 0 interven % C 3 % A 7 % C 3 % A 3 o % 2 0 educacional . pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf) . Acesso em 02 de março de 2015. pp. 11-12.

<sup>3</sup> ECA no ambiente escolar. Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/4945/mod\\_resource/content/1/M % C 3 % B 3 dulo % 2 0 VII % 2 0 - % 2 0 ECA % 2 0 no % 2 0 Ambiente % 2 0 Escolar.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/4945/mod_resource/content/1/M%C3%B3dulo%20VII%20-%20ECA%20no%20Ambiente%20Escolar.pdf) . Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

A educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes” e, do texto *Ética e Cidadania*”<sup>4</sup>

Ainda, o tema “Cidadão Protegido é Cidadão Consciente: prevenção ao uso de drogas no ambiente escolar nos tras a reflexão sobre a importância do exercício da cidadania. Reflexão esta que a nossa própria constituição tem por fundamento. Ao ponto de ser intitulada de a constituição cidadã. Grifo e entendimento também trabalhado por Tenório Fernando que nos mostra de forma enfática a importância do exercício da cidadania no desenvolvimento e organização das leis e demais demandas sociais, por meio da seguinte citação:

Com a Constituição de 88, denominada Constituição Cidadã surge, de maneira enfática, o papel do cidadão junto aos poderes públicos. E as recentes propostas de mudança da burocracia pública brasileira, notadamente aquelas contempladas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (TENÓRIO, 1999, p. 04).

Tenório Fernando em sua obra identifica a importância do exercício social do papel de cidadão. Pensamento este desenvolvido e consonante com o texto da própria Constituição da República Federativa de 1988. A constituição de 1988 fala em vários trechos de seu texto acerca da cidadania, a saber, nos artigos: 1º, 5º, 20, 62, 64 e 205 que trata do cidadão em desenvolvimento ainda psíquico, físico e social, alvo de nossa intervenção o qual é merecedor de garantias e incentivos por meio das seguintes palavras:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, 1988, art. 205).

O texto acima ao tratar da educação como direito e dever dos entes citados, em prol do pleno desenvolvimento da pessoa, acaba por relacionar a educação e a cidadania, assuntos debatidos em nosso trabalho e a Constituição de 1988. Importância esta, enfatizada no artigo primeiro e inciso número dois desta mesma constituição, “a cidadania é fundamento da República Federativa do Brasil” (CF, 1988, art. 1º). Torna-se assim, evidente a relação de que

---

<sup>4</sup> *Ética e cidadania*. disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5905/mod\\_resource/content/1/15154923022015\\_Direitos\\_Infante\\_Juvenis\\_no\\_Ambiente\\_Escolar\\_-\\_Escola\\_que\\_Protege\\_-\\_Modulo\\_11.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5905/mod_resource/content/1/15154923022015_Direitos_Infante_Juvenis_no_Ambiente_Escolar_-_Escola_que_Protege_-_Modulo_11.pdf). Acesso em 05 de junho de 2015 as 08h 30.

direitos e deveres só se farão concretos, por meio do exercício da cidadania e, um dos direitos que nos é colocado por direito e dever do estado é a proteção. Assunto o qual estamos a trabalhar e que entra em consonância com a discussão do texto “cidadania é o direito a ter direitos”<sup>5</sup>.

É fato que a constituição pressupõe outras leis ou textos na área do direito que venham em sua sequência, conclusão está alicerçada na pressuposição da legalidade. A Constituição Cidadã mantém uma relação significativa com o nosso tema. Pois também trata do desenvolvimento e manutenção da proteção e da consciência. Mesmo sendo o viés principal da constituição o da legalidade e o do nosso trabalho o científico. E, ainda aborda a temática das drogas em algumas partes de seu texto, como:

O artigo 5º, inciso XLIII expressa que a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; neste mesmo artigo, no inciso LI expressa que nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei; o Art. 227 expressa que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e neste mais específico no inciso VII oferta programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins; no artigo 243 no parágrafo único fala sobre que Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei (CF, 1988).

Ainda, os artigos citados acima abordam a temática das drogas, também especificando a necessidade da oferta de programas de prevenção quanto ao uso de drogas a crianças e adolescentes. Bem como trata de questões referentes a definição de crime inafiançável o tráfico ilícito de entorpecentes.

Nesse intuito do exercício da cidadania e de conscientização do ser humano, ou ainda, de nosso público alvo, alunos do 5º ano A, um público infanto-juvenil, compreendemos a

---

<sup>5</sup> Ética e Cidadania. Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5905/mod\\_resource/content/1/15154923022015\\_Direitos\\_Infanto\\_Juvenis\\_no\\_Ambiente\\_Escolar\\_-\\_Escola\\_que\\_Protege\\_-\\_Modulo\\_11.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5905/mod_resource/content/1/15154923022015_Direitos_Infanto_Juvenis_no_Ambiente_Escolar_-_Escola_que_Protege_-_Modulo_11.pdf). Acesso em 05 de junho de 2015).

importância do material didático disponibilizado no IX módulo do nosso curso, a partir do texto abaixo:

É papel da escola instrumentalizar os estudantes para que possam construir-se como sujeitos autônomos e ser reconhecidos como tais. Para tanto, a escola deve promover o desenvolvimento de competências sociais necessárias ao empoderamento individual e coletivo, inclusive a capacidade de solicitar apoio para si mesmo ou para os outros, ou ainda de resistir às pressões das médias, dos pares, dos adultos, etc. Auto-estima, solidariedade, autonomia, tolerância, responsabilidade são exemplos de competências imprescindíveis para os alunos incorporarem uma atitude de respeito aos direitos infanto-juvenis<sup>6</sup>.

Sendo esse papel da escola, descrito nas palavras acima, o da oferta de uma educação capaz de tornar os estudantes em sujeitos autônomos, necessário para enfrentar a realidade da drogadição infanto-juvenil. Realidade está descrita no seguinte texto da TV Escola:

Nas últimas décadas, a preocupação com o consumo dessas substâncias vem aumentando, principalmente quando se pensa em crianças e adolescentes, e a discussão sobre estratégias possíveis para o enfrentamento dos problemas decorrentes deste uso, aliadas a ações preventivas, têm sido fomentada no âmbito do governo e da sociedade. Mas este não é um debate simples<sup>7</sup>.

As duas últimas citações se relacionam diretamente com a nossa proposta de intervenção. No tocante a visão da necessidade da oferta de uma educação de qualidade. Uma educação que proporcione uma formação consciente de cidadãos críticos e autônomos. Diante da realidade de crianças e adolescentes, dentro e fora do espaço escolar, sendo afetados pela epidemia das drogas, um modo de violência muito eficaz por destruir a vida de pessoas antes mesmo de se constituírem totalmente físico, psíquico e socialmente. Vulnerabilidade esta de crianças e adolescentes, abordada no texto abaixo:

Crianças e adolescentes enquanto pessoas em especial processo de desenvolvimento, ficam mais vulneráveis a toda forma de manifestação de abuso ou agressão a sua integridade moral, física, psicológica, sexual, etc.

---

<sup>6</sup> **Elaboração de plano de intervenção educacional.** Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf). Acesso em: 02 de março de 2015, p.05.

<sup>7</sup> **Prevenção ao uso de drogas.** Disponível em: [http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/05/2013\\_SALTO\\_PARA\\_O\\_FUTURO\\_Prevencao\\_ao\\_uso\\_de\\_Drogas.pdf](http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/05/2013_SALTO_PARA_O_FUTURO_Prevencao_ao_uso_de_Drogas.pdf). Acesso em 15 de abril de 2015., p. 04.

Essa situação se torna mais dramática quando sequer essas crianças e adolescentes dispõem de meios para perceber que estão sofrendo alguma forma de violência ou, mesmo quando a percebem, não conseguem reagir para se defender, afastar ou reparar essa violência sofrida<sup>8</sup>.

Ou ainda, esse público-alvo necessita de um olhar diferenciado quanto a etapa de desenvolvimento biopsicossocial. Que se encontra, abaixo refletida pelo material didático do módulo IX, “Elaboração de planos de intervenção educacional”, ofertado no curso de pós-graduação “Escola que Protege”:

O educador precisa determinar que adaptações ou ainda que estratégias de ensino devem ser mobilizadas para ajudar os alunos a adquirir e desenvolver seus conhecimentos e suas competências, considerando que as competências a serem desenvolvidas e as ações devem ser escolhidas em função da população-alvo, de sua idade, seus riscos, etc<sup>9</sup>.

Outro material de suma importância para o nosso trabalho é a Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 que embasada nos princípios da Constituição Federal do Brasil define e regulariza o nosso sistema de educação. Neste documento, podemos enxergar o quão amplo é o conceito de educação que ultrapassa a maioria das nossas visões acadêmicas. Pois, no artigo primeiro da lei supracitada, há o entendimento de que o processo de educação possui limites amplos, como podemos conferir na citação a seguir:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 1996, art. 1º).

O texto acima extraído da LDB, mostra que a educação ultrapassa os limites impostos pelas paredes de uma sala de aula. Esta lei, cita algumas dimensões que a educação abrange, como a família, a convivência humana, o trabalho e outros. Relacionando se com o nosso

---

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5023/mod\\_resource/content/1/Escola\\_que\\_Protege\\_-\\_Modulo\\_8.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5023/mod_resource/content/1/Escola_que_Protege_-_Modulo_8.pdf). Acesso em 25 de fevereiro de 2015. p. 36.

<sup>9</sup> **Elaboração de planos de intervenção educacional.** (Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf), p.06).

trabalho no quesito da abrangência da família e classes profissionais da escola em intervenção. Pensamento, em consonância também com que se expressa na constituição na qual a palavra educação abrange muito mais do que uma sala com alunos e professores. A educação abrange vários processos formativos, desde a formação na família, na escola a manifestações culturais.

Ainda, observamos a importância da LDB/1996 na constituição de seu próprio texto, ao tratar dos seguintes princípios básicos: I - Dos princípios e fins da educação nacional; II - Do direito à educação e do dever de educar; da organização da educação nacional; III - Dos níveis e das modalidades de educação e ensino; IV - Dos profissionais da educação; V - Dos recursos financeiros; VI - Das disposições gerais e das VII - Disposições transitórias. Os títulos ainda se subdividem em capítulos, seções e artigos, em que os textos mais extensos ou discutidos são os da educação básica e da educação superior. Pois, dada importância se verifica na discussão da prática social e do exercício da cidadania nos três primeiros princípios da lei em discussão.

Houve ainda com a LDB a promoção de avanços e pontos positivos, como a constituição de “Conselhos Escolares” com representação da comunidade. Uma vez que assegurou a prestação de contas na gestão dos seus recursos, reforçou a participação dos pais e alunos nos processos de gestão administrativa e escolha de dirigentes das escolas públicas. Assim, a mesma traz a necessidade de uma sociedade participativa e mais consciente dos processos que a envolvem. Há uma aproximação muito grande entre a LDB e o nosso projeto, pois, no inciso segundo, artigo primeiro da Lei de Diretrizes e Bases diz que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (LDB, art.1º, § 2º). Reforçando outra vez a importância de uma educação desprovida de alienação, consciente dos direitos e deveres a serem exercidos em todas as dimensões da vida humana.

Com o conhecimento exposto acima, vimos que a educação envolve espaços diferentes de convívio do cidadão. Como o envolvimento na convivência familiar, no trabalho, na igreja, movimentos sociais e culturais, entre outros, toda a comunidade que faz parte do contexto social desta escola. Entendemos assim que toda a sociedade tem parcelas de contribuição para com o processo formativo humano. Porém, o contato com esta lei nos permitiu entender a responsabilização da família e do estado quanto a promoção da educação, entendimento verificável a seguir:

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1996, art. 2º).

O pensamento supracitado expressa que Estado e família são responsáveis pela oferta de uma ação fundamental de nossa sociedade, a educação. Cabendo aos dois responsáveis, o desenvolvimento de ações em consonância com o que se prevê em nossa legislação, o desenvolvimento do cidadão, preparando-o para o exercício da cidadania e da qualificação profissional.

A sociedade brasileira passa por mudanças constantes e de forma muito rápida, em virtude do processo que chamamos de globalização, através do qual, papéis foram redefinidos e novas exigências aconteceram. Como o papel da mulher, dentro do lar que deixa de ser apenas responsável pelas atividades domésticas, pela atenção e educação dos filhos. E, tornar-se uma eficiente mão de obra econômica e responsável ou corresponsável pelo sustento da família. Situação evidenciada por Geraldo Romanelli e que proporciona uma gama de transformações, perceptível no texto seguinte:

Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundam em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias. O fato de as mulheres, em particular as esposas tornarem-se produtoras de rendimentos e parcerias, importantes na formação do orçamento da família, confere-lhes nova posição na estrutura doméstica e tanto altera os indivíduos que as unem ao marido e aos filhos, quanto contribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho (ROMANELLI, 1995, p. 77).

A partir do exposto acima, percebemos que Geraldo Romanelli, reflete sobre as mudanças de estruturas ou funções de componentes da família. Expondo claramente situações de mudanças que evidenciam a sobreposição do dever que era da família para a escola, a educação ou processos formativos.

Assim, a participação ou o dever da família fica reduzido ao mínimo possível, chegando ao ponto de relegar atribuições da mesma a escola enquanto Estado. E, que confirma a necessidade do trabalho com a família, mediante as transformações sociais ocorridas. Fato também verificado por diversos cientistas da educação ou da sociologia como a psicopedagoga Glaciene Januário Hottis Lyra, em seu texto “A Importância da Integração Família Escola”:

As novas exigências centradas na venda e consumo requerem um orçamento familiar maior, compelindo tanto o pai quanto a mãe para o emprego de sua força de trabalho fora de casa, relegando assim, de maneira não espontânea, a

educação dos filhos o acompanhamento de sua vida escolar. Por esse novo arranjo provocado pelas relações de trabalho e de produção, muitas mães estão sobrecarregadas com jornadas extenuantes, tendo em consequências disto, menos tempo e disponibilidade para estarem junto com os mesmos e servir-lhes de referencial<sup>10</sup>.

Desta forma, percebemos a necessidade de uma parceria atuante entre escola e família. Para que se alcance uma educação capaz de tornar crianças e jovens em cidadãos críticos e atuantes. Situação esta de dificuldades relacionais entre escola e família, crucial e de suma importância no tocante ao favorecimento do aumento da drogadição. Pois, a família que antes direcionava total atenção para com as atividades das crianças, realizadas em sala de aula, direcionam quase totalidade da atenção para o trabalho ou meio de sustento familiar. Discussão exposta a seguir com a definição do papel de cada ator:

A proteção e tutela de todas as crianças e adolescentes – sem categorizações e distinções – passa a ser de responsabilidade compartilhada da família, do Estado e da sociedade, atuando solidária e cooperativamente. Diversas instituições e seus atores passam, portanto, a integrar uma Rede de Proteção da Infância e da Adolescência no Brasil, cujos componentes, atribuições e objetivos estão estruturados no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)<sup>11</sup>.

Ainda, reforçando a ideia de que a promoção da saúde também passa pela dimensão da educação humana e da necessidade da transversalidade, entendemos que “a intervenção deve abranger várias disciplinas em um conjunto integrado de ações nas quais os alunos se envolvem num trabalho conjunto e desempenham um papel ativo com contributos que variam conforme suas condições e seus interesses”<sup>12</sup>. Também, nesse pensamento citamos a Carta de Ottawa. Documento este que relaciona escola, saúde, educação e as drogas ao falar do enfrentamento de doenças crônicas. E, contribui com o nosso trabalho ao relacionar os temas da oração anterior e pode ser observada determinada relação a partir do texto seguinte:

<sup>10</sup> Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-da-integracao-familia-escola-suas-dificuldades-e-seus-encontros-dialogo>. Acessado em 12 de março de 2015, p.21.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/4669/mod\\_resource/content/2/09312806112014Direitos\\_Infanto-Juvenis\\_no\\_Ambiente\\_Escolar\\_Aula\\_5.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/4669/mod_resource/content/2/09312806112014Direitos_Infanto-Juvenis_no_Ambiente_Escolar_Aula_5.pdf). Acesso em 02 de maio de 2015, p. 04.

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo\\_20IX\\_20\\_20-20\\_20Elabora\\_20C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo_20IX_20_20-20_20Elabora_20C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf), p. 07.

A promoção da saúde apóia o desenvolvimento pessoal e social através da divulgação e informação, educação para a saúde e intensificação das habilidades vitais. Com isso, aumentam as opções disponíveis para que as populações possam exercer maior controle sobre sua própria saúde e sobre o meio-ambiente, bem como fazer opções que conduzam a uma saúde melhor. É essencial capacitar as pessoas para aprender durante toda a vida, preparando-as para as diversas fases da existência, o que inclui o enfrentamento das doenças crônicas e causas externas. Esta tarefa deve ser realizada nas escolas, nos lares, nos locais de trabalho e em outros espaços comunitários. As ações devem se realizar através de organizações educacionais, profissionais, comerciais e voluntárias, bem como pelas instituições governamentais (1986, p.03).

O texto da Carta de Ottawa é considerado como um documento que foi elaborado pela Organização Mundial de Saúde no período da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde que foi realizada na cidade de Ottawa no Canadá em 1986. A mesma se deu com uma reunião entre os seguintes países: Antígua, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Checoslováquia, Dinamarca, Escócia, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Gana, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda do Norte, Islândia, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, Malta, Nova Zelândia, Noruega, País de Gales, Polônia, Portugal, Alemanha, Irlanda, Romênia, Saint Kitts e Nevis, Suécia, Sudão, Suíça e União Soviética na cidade de Ottawa, em 21 de novembro de 1986 que objetivava promover saúde para todos até o ano de 2000. Sendo ainda, uma resposta para a demanda por uma nova abordagem para a saúde pública no mundo que também dentro do próprio currículo das escolas, a temática da droga é abordada como temas transversais a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Deve-se considerar também que, nas últimas décadas, além dos temas tradicionalmente trabalhados sobre saúde e nutrição, as questões biopsicossociais adquiriram maior visibilidade, e a escola foi compelida — pelas circunstâncias e pelo reclamo da própria sociedade — a lidar com problemas emergentes, como a contaminação crescente do meio ambiente, a Aids, o consumo abusivo do álcool e outras drogas, a violência social e as diferentes formas de preconceito. E não há como lidar com esses temas por meio da mera informação ou da prescrição de regras de comportamento (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2015).

Portanto, a revisão literária dos textos citados acima reforça o nosso objetivo e o fundamenta. A presente revisão possibilita ainda a aplicação de nosso objetivo na comunidade escolar proposta. E, a promover a educação e a saúde, prevenindo, divulgando e informando a

comunidade escolar quanto a problemática da drogadição abusiva no que diz respeito ao contato precoce e abusivo das drogas. Bem como as consequências desta para o drogadicto e buscando alternativas quando percebida a dependência ou até mesmo antes da mesma acontecer.

## **CAPÍTULO 2: O ALCANCE DAS DROGAS NA ESCOLA MUNICIPAL CECILIO EUGÊNIO ALVES**

As drogas são substâncias não produzidas por nosso organismo, mas que afetam de forma significativa um ou mais sistemas do corpo humano. Elas são algo muito antigo e que neste último século tem alcançado proporções epidêmicas. Na antiguidade, determinados extratos de ervas ou misturas, serviam de remédios para vários tipos de enfermidades e envenenamentos ao xamanismo. Entendimento presente em muitos textos científicos que se referem as drogas e visto em sequência:

A primeira língua a utilizar a palavra tal como a conhecemos hoje foi o francês: DROGUE (ingrediente, tintura ou substância química ou farmacêutica, remédio, produto farmacêutico). Atualmente, a medicina define droga como sendo: qualquer substância capaz de modificar o funcionamento dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento<sup>13</sup>.

Por vezes, o uso de determinados tipos de drogas é associado a um único fator. Como a influência de integrantes adoecidos da família, má influência dos amigos, costumes e hábitos culturais negativos a que se submete, entre outros fatores que venham a contribuir com o problema da drogadição.

Mas o que realmente se faz decisivo na proteção contra qualquer fator que influencie ao uso de drogas é a consciência. Sendo esta quanto aos reais problemas proporcionados pelo uso abusivo de drogas. E, no caso dos estudantes uma violência contra a consciência deles. Pois, se encontram em formação, sendo determinada violência ao público infanto-juvenil muito maléfica pelo fato de que crianças e jovens não tiveram sequer a oportunidade de ter uma consciência formada e provida de proteção. Situação essa debatida também no material didático que usamos no módulo VIII do curso de pós-graduação “Escola que Protege”, como vemos a seguir:

Crianças e adolescentes enquanto pessoas em especial processo de desenvolvimento, ficam mais vulneráveis a toda forma de manifestação de abuso ou agressão a sua integridade moral, física, psicológica, sexual, etc. Essa situação se torna mais dramática quando sequer essas crianças e adolescentes dispõem de meios para perceber que estão sofrendo alguma

---

<sup>13</sup> Disponível em: [http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/drogas\\_conceito.htm](http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/drogas_conceito.htm). Acesso em 17 de março de 2015.

forma de violência ou, mesmo quando a percebem, não conseguem reagir para se defender, afastar ou reparar essa violência sofrida<sup>14</sup>.

Na problemática que se dá na relação entre a falta de uma consciência crítica e a drogadição que pode ser entendida a partir da citação acima, existe a vulnerabilidade física, psíquica e social presente na comunidade infanto-juvenil. Também evidenciada em nosso material didático do curso de pós-graduação já citado que trata da infância como um período de muitos cuidados. Pois, a criança está a desenvolver ou formar as próprias faculdades mentais. Podendo ser detectada a não autonomia para com atividades básicas do ser humano. Situação perceptível a partir da palavra “**infância** que é composta pelo prefixo de negação in, e pelo radical fante, particípio passado do verbo latino fari, significando falar, dizer. Então infância em sua origem significa aquele que não fala, que não tem palavra, não tem voz” (SOUZA & SILVA, 2008, p. 22).

Somada a essa vulnerabilidade, temos o fato de que as pessoas quando adoecidas pela drogadição, acabam por focalizar o problema no simples uso das drogas e não no abuso desta. Pois, todos os dias consumimos drogas, seja na água que consumimos que possuem clorofórmios para a tornar consumível, quanto nos alimentos que por vezes são impregnados de agrotóxicos. E, no abuso de remédios com a finalidade de aliviar os sintomas de determinadas doenças ou a cura destas.

Assim, percebemos a necessidade da dosagem ou moderação seja para o uso ou consumo de uma alimentação ou de qualquer outra substância artificial não produzida por nosso organismo. Vale lembrar que se engana quem argumenta com um usuário de drogas, dizendo ao mesmo que o uso de droga é ruim, porque as mesmas proporcionam prazer. E, por outro lado, quem as usa se ilude com um prazer muito passageiro.

Vários são os fatores para que a realidade epidêmica da drogadição se mostre tão agressiva. Atualmente, estes podem vir de relações econômicas, sociais, afetivas, entre outras. Entretanto, a vulnerabilidade se faz maior em alguns casos, grupos ou situações. E, o ambiente a que nos propomos a intervir, é de fato composto por um grupo que por vários fatores suscetíveis a problemática da drogadição:

A pesquisa considera os fatores psicossocioculturais mais afins ao consumo de substâncias como o álcool, destacando e, ao mesmo tempo, relativizando o

---

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5023/mod\\_resource/content/1/Escola\\_que\\_Protege\\_-\\_Modulo\\_8.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5023/mod_resource/content/1/Escola_que_Protege_-_Modulo_8.pdf). Acesso em 25 de fevereiro de 2015, p. 06.

peso de fatores, tais como a família e o grupo de amigos. É complexo isolar fatores, afirmar de que forma uns e outros se complementam, interagem e qual a influência que exercem sobre a probabilidade de um jovem fazer ou não uso das drogas lícitas (CASTRO & ABRAMOVAY, 2002, p. 23).

Fatores estes que se tornam mais prejudiciais a um grupo composto por seres humanos em formação biopsicossocial. Na qual a consciência em formação necessita de instrumentos que o leve à proteção contra as drogas. Sendo esta proteção necessária ao alcance do pleno desenvolvimento, em que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente expressa determinada ideia e a reflete que é identificada no texto em sequência:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1990, art. 5º).

A problemática identificada acima se constitui uma realidade da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves. Na qual técnicos Administrativos e operacionais, professores e alunos relatam casos constantes de crianças e jovens estudantes fazendo o uso de drogas dentro do ambiente escolar, menção ao uso ou sob o efeito de substâncias psicoativas. Situação que atinge todos os alunos do ensino fundamental.

Para tanto, propomo-nos a agir preventivamente por meio do trabalho com os alunos do 5º ano A que serão os alunos dos anos escolares seguintes. E, a escolha de um único ano se dá no entendimento das limitações que nos são impostas. Dentre essas limitações, temos o tempo disponível de alunos, professores e demais técnicos da escola, para participarem da intervenção. Outra limitação é o controle sobre determinado grupo ou quantitativo de pessoas.

Pois, o público que iremos intervir é constituído por 05 profissionais de apoio operacional, 11 professores, 25 pais de alunos e 25 alunos. Esse quantitativo de pessoas é o que iremos intervir, prezando a qualidade e aprendizado para futuras intervenções com outras turmas e perfazendo a comunidade escolar da turma do 5º ano A do período da manhã. Colocando como proposta a continuação da proposta nos anos seguintes.

Ainda, a preocupação de se trabalhar com todos os componentes possíveis da comunidade escolar do 5º ano A, é o de entender que o espaço escolar é muito dinâmico e todos são importantes como percebido em nosso material didático a seguir:

O ambiente escolar deve ser valorizado como local de interação entre criança, professor, currículo, gestão, democracia, família, direitos, deveres e comunidade, ou seja, como um espaço plural, dialógico e dinâmico que em seu ambiente vibrante comporta a organização da própria sociedade trazendo diversas experiências sociais. Ou seja, os atores sociais que atuam na escola – alunos, professores, funcionários, gestores e comunidade – são parte integrante da sociedade e carregam para a instituição problemas e desafios enfrentados no universo social (SILVA, BEZERRA & SILVA, 2015, p. 05).

O assunto discutido na citação acima de nosso curso, confirma a importância de todos os atores da comunidade acadêmica em uma abordagem dos estudantes de determinada escola. E, essa abordagem nos permite uma ótica e intervenção de qualidade por integrar conhecimento, vivência e limitações de todos os participantes dessa comunidade escolar. Em vista do preparo dos alunos do 5º ano A às ameaças das drogas no ano escolar em que são abordados e para toda uma vida social, escolar e familiar.

A intervenção a que nos propomos, neste cenário, é por meio do cargo chefe de todo tratamento de saúde, a prevenção, ou seja, prevenir crianças e pré-adolescentes dentro do espaço escolar contra as drogas. Em que estas adentram este mesmo espaço de forma ilícita, aproveitando de forma gradativa da idade dos alunos e a ignorância destes diante do que lhe é ofertado e suas respectivas consequências maléficas.

Assim, escolhemos apenas as crianças e pré-adolescentes do 5º ano A que perfazem um total de 25 alunos, porque estes estão em fase de desenvolvimento biopsicossocial e sempre foram excluídos das formações proporcionadas no espaço escolar, como já dito anteriormente. Ao tempo que são uma clientela em ascensão dos traficantes de drogas e sujeitos de principais locais de venda.

É conscientizar para proteger, ou ainda, prevenir como melhor forma de tratamento. Sendo esta realizada nos encontros propostos a partir da abordagem da temática das drogas, por meio de debates, apresentações, questionários, filmes e dramatizações com a comunidade escolar. Pois, o ato de informar em suas mais diversas formas, constitui a ação de prevenção. Sendo, esse pensamento conferido na discussão de Marine Meyer logo abaixo:

Prevenção consiste na redução da demanda do consumo de drogas. Neste caso, as ações têm como objetivo fornecer informações e educar os jovens a adotarem hábitos saudáveis e protetores em suas vidas. Espera-se que as pessoas diminuam ou parem de consumir drogas (MEYER, 2003, p. 07).

A adolescência e a infância são fases de transição e de profundas transformações nas dimensões biológica, psíquica e social. É um momento de muitos questionamentos, procuras e atitudes de autoafirmação, confrontando o que se está posto, como um tabu a ser quebrado ou mito a ser desvendado, em vista de uma identidade a ser formada. Todas essas características aumentam o risco pelo uso da droga.

Assim, a escola a que nos propomos intervir é a Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves que está localizada na Rua João Ribeiro da Conceição, S/N, Conjunto Habitacional Gov. albano do Prado Franco no município de Macambira, Estado Sergipe, CEP.: 49.565-000, telefone: (79) 3457-1045, Código do INEP: 280.271-40, CNPJ: 03264475/0001-83. Com funcionamento a partir da Portaria de Autorização: Resolução CCE nº 322 de 01 de setembro de 2011, Parecer nº 199/CCE. O núcleo de gestão é formado pela gestora: Maria Lúcia de Souza Passos, coordenadora pedagógica: Gisele da Conceição e pela secretária: Alessandra Meireles de Melo (EMCEA).

A Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves foi criada e denominada como estabelecimento de ensino, no governo municipal de José Carivaldo de Souza, no dia 16 de maio de 1997, o qual no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo artigo 58, inciso I, da Lei Orgânica Municipal de Macambira, sancionada e aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores, desta mesma cidade. A certidão foi lavrada da Lei 395 e transcrita no livro de Registro de Leis sob o nº 001, fls 49-v. Na época, a professora Lusa Mabel Bezerra Carvalho era a Secretária Municipal de Educação (EMCEA).

A Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves possui: nove salas de aula arejadas; uma secretaria que é compartilhada com a sala de professores; um laboratório de informática com dez computadores conectados à internet; uma sala de recursos multifuncionais com recursos e materiais adequados e específicos de acordo com as necessidades dos alunos que são atendidos no contra turno; uma diretoria; uma sala de leitura; uma cozinha; um almoxarifado; sanitários adaptados para alunos com deficiência física; sanitários femininos e masculinos, sanitário para funcionários; um recreio coberto e um pátio descoberto com pouco espaço físico.

Apesar do pouco espaço, a escola cede o prédio para eventos comunitários aos finais de semana, contribuindo com o contato da comunidade com o ambiente da escola. Reconhecendo

este espaço como público e extensão da vida social de cada cidadão. Evitando com determinada ação, atitudes de vandalismo de cidadãos com o bem público que como em outras escolas, a EMCEA também enfrenta essa problemática que afeta ou até mesmo influencia a vida escolar dos estudantes de forma negativa. Situação esta também percebida no texto abaixo:

Sabe-se que a questão da violência tem sido uma preocupação presente e crescente nas escolas brasileiras. Ela aparece no ambiente estudantil em suas diferentes dimensões e modalidades, perpetrada por diferentes agentes e em diferentes modalidades: depredação; agressões físicas; indisciplina; agressão verbal; venda e uso de drogas e álcool no espaço escolar (SILVA, LOPES & CARVALHO, 2008, p.177).

A escola para enfrentar tal realidade buscou criar na comunidade o sentimento de pertença. Isso por meio da oferta do espaço para eventos como a realização de eventos ou festas comemorativas nas quais a comunidade local é convidada.

O prédio da EMCEA foi construído no ano de 1995 em um terreno público baldio sem loteamento, localizado no povoado Matadouro, deste município. Os limites da escola são: ao norte, leste e sul com terreno público municipal e ao oeste com estrada que liga o povoado Matadouro a sede do município. Na data supracitada, a escola passou a funcionar nos três turnos e atendia apenas ao Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série e o Programa de Educação Básica – PEB.

A estrutura física era composta de cinco salas de aula, cantina, secretaria, sanitários, pois, a rua ainda não era pavimentada. No ano de 1999 foram construídas sessenta casas populares em seu entorno, onde a escola ficou situada na rua João Ribeiro da Conceição, S/N, no Conjunto Habitacional Gov. Albano do Prado Pimentel Franco.

No ano de 2005, foi implantado gradativamente o Ensino Médio no turno vespertino e noturno que foi reconhecido pela portaria nº 307/05 – CCE de 31 de outubro de 2005. Já no ano de 2010, foram remanejados os alunos do Ensino Médio para a Rede Estadual de Ensino, visto que é obrigação do estado ofertar a referida modalidade de ensino (EMCEA, 2009).

Desde o ano de 1997, a escola foi gerenciada por 05 (cinco) gestores, sendo que a primeira foi Marta Sueli Vinicius Souza (1997), João Mendonça de Souza (1998 a 2002), Hugo Carvalho (2002 a 204), Luciano Machado Batista (2004), e a partir de 2005 até os dias atuais, Maria Angélica de Souza Passos (EMCEA, 2009).

Em 2011 a escola conquistou o 3º lugar como referência em gestão escolar, sendo que a escola concorreu com 248 escolas estaduais e municipais. Atualmente a escola funciona nos

três turnos, com vinte e duas turmas, ofertando o Ensino Fundamental de 09 anos e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) 1ª e 2ª Fase e o Atendimento Especializado – AEE, em sala de recursos multifuncionais no contra turno.

A Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves pauta pelo princípio de que a educação é dever da família e do poder público. Os quais estão inseridos nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando. A escola, no cumprimento da função social dela, tem por objetivos expressos no Projeto Político Pedagógico:

- Oportunizar aos nossos discentes, um ensino de qualidade focando uma metodologia de praxes;
- Compreender a vida escolar, como participação no espaço público, utilizando os conhecimentos adquiridos, para construção de uma sociedade justa e democrática;
- Trabalhar os conteúdos de ensino-aprendizagem de forma sócio construtivista e interdisciplinar, de modo a preparar cidadãos ativos, capazes de adaptar-se à dinâmica social.
- Desenvolver uma atitude crítica e questionadora, demonstrando responsabilidade, iniciativa e respeito ao outro;
- Oferecer condições favoráveis, para que se possa garantir a permanência do aluno na escola de forma espontânea e participativa;
- Viabilizar a integração escola/comunidade nas atividades desenvolvidas na escola, para que se possa trabalhar em um sistema de parceria;
- Motivar a capacidade de aprender, tendo em vista o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- Favorecer o desenvolvimento da criança por intermédio de sua interação com as diversas propostas apresentadas;
- Oferecer desafios, objetivando que o educando articule o pensamento lógico dele, ajudando-o na descoberta da leitura, da escrita e da matemática;
- Estimular a afetividade, por meio de jogos, brincadeiras, apresentações e efetiva participação nas relações sociais na comunidade educativa (EMCEA, 2014, p. 13).

Objetivos estes do Projeto Político Pedagógico da EMCEA que são proporcionados no dia-a-dia dos estudantes em conformidade com a realidade de convivência e estimulando ao crescimento biopsicossocial. Ainda, comunidade escolar é caracterizada na maioria, por famílias advindas da classe econômica baixa cuja renda é um salário mínimo e a minoria oscila de um a três salários mínimos. Residindo uma boa parte na zona rural, os quais utilizam transporte escolar e fazem parte dos programas do Governo Federal. Ainda, município ficou no 7º lugar com Índice de desenvolvimento humano – IDH no ano de 2011.

A participação dos pais na escola é ainda uma meta a ser aprimorada na instituição de ensino, embora uma parte participe das reuniões nas quais tratam de assuntos pertinentes a vida escolar dos filhos, divulgação de ações, objetivos, normas de funcionamento etc. A escolaridade dos pais de alunos varia de não escolarizados a curso superior. Sendo que em sua maioria possui apenas o Ensino Fundamental incompleto.

No ano letivo de 2012, foram matriculados alunos com a faixa etária que varia de 6 anos a 56 anos de idade. Boa parte destes alunos são filhos de pais separados. Ainda que os alunos do período noturno, trabalham devido a necessidade de complementar a renda familiar.

A Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves possui atualmente 19 servidores de apoio atuando nas seguintes funções: auxiliares administrativos, vigilantes, porteiros e executores de serviços gerais e 37 docentes que atuam nas várias disciplinas do Currículo do Ensino Fundamental. Sendo que apenas uma professora não possui graduação, porém os demais são graduados, especialistas e mestres. A escola possui também em sua estrutura, uma diretoria, uma secretária e uma coordenação de ensino com carga horária de 40 horas semanais e a equipe de ensino com carga horária variada de 125h a 200h (EMCEA, 2014, p. 20).

No tocante as matrículas do ano corrente e em coerência com o propósito de inclusão social presente no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, foram admitidos 16 alunos para o Atendimento Educacional Especializado, AEE (Atendimento Educacional Especializado)<sup>15</sup> (EMCEA, 2014). São atendidos em período diferente da aula regular na sala de recursos multifuncionais. Eles são atendidos conforme a necessidade educacional específica de cada um. No entanto, 07 estão inseridos na classe regular da EMCEA (Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves) e 09 são provenientes de outras unidades de ensino do município. Esse atendimento é preconizado na Lei de Diretrizes e bases quando diz que “o atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (LDB, 1990, Art. 4º).

A equipe diretiva expôs que preocupada com o atual contexto acerca do uso e drogas, fez uma breve enquête, perguntando aos alunos em um papel impresso se já haviam usado drogas e quais tipos já haviam usados, em qual local e por qual influencia. Após a contabilidade das informações, a escola conseguiu um dado alarmante em 60% dos alunos afirmaram terem usado droga. Destes 40% estão relacionados ao uso de bebida alcoólica, 18% o cigarro e os outros 02% o crack, a maconha e a cocaína. Algo que não pudemos ter o contato foi o grau de

---

<sup>15</sup> É um serviço da educação especial desenvolvido na rede regular de ensino que organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

confiabilidade das respostas dadas pelos alunos a enquete. Quanto ao local de uso, 30% afirmaram ter usado em casa, 20% nas festas e 10% na escola, sendo um dos riscos de maior grau a proximidade de dois bares e a falta de uma segurança pública consistente. E, tornando a situação mais crítica, alunos foram flagrados no banheiro por funcionários da escola fazendo o uso de drogas, não só uma vez ou outra.

Vale ressaltar que a escola possui envolvimento social com os alunos no tocante a desenvolvimento de ações em conjunto ou individualmente com outros órgãos na prevenção de agressões domésticas, uso de drogas, prostituição e DSTs (doenças sexualmente transmissíveis). Contudo, não há um levantamento de dados para com as questões sociais acima citadas e outras. Bem como, as ações não tiveram continuidade em suas respectivas realizações. Sendo estas fragilizadas nas metas almejadas, como a proteção contra as drogas.

A partir de todas as informações colhidas, percebemos que atividades de conscientização já foram realizadas, por meio de palestras, oferta de material na biblioteca, entre outros. Porém, nestas atividades quando se tratava de definir o público alvo e as exceções, boa parte das séries iniciais se tornavam as exceções sob a alegação dos organizadores de que o entendimento sobre o assunto era mínimo. Além disto, reafirmamos o fato de que as ações já realizadas não terem alcançado metas maiores, devido a não continuidade das ações.

Nas crianças com oito ou menos anos, o efeito pode não ser o esperado. Porque determinado objetivo depende do nível de abordagem e metodologia utilizada. As crianças e pré-adolescentes, de 09, 10 e 11 anos, já possuem certa compreensão do assunto e podem sim alcançar o efeito esperado. É claro que há um nível e limitações pertinentes ao público infanto-juvenil. Assunto que proporciona muitas reflexões e bases científicas de ações. Reflexões também percebidas no texto “Por uma escola que protege” a seguir:

A psicologia, a começar pela psicanálise e a antropologia cultural, é fundamental neste processo de elaborações muito diversas sobre a infância. No final do século XIX e início do XX, entra em voga uma grande preocupação com o ambiente apropriado para as crianças, com os espaços e mobiliários, que passam a ter tamanhos adaptados. A escolarização fica cada vez mais estruturada e difundida, e constantemente é atualizada. A preocupação com o infante diferente também é crescente. Seja no aperfeiçoamento das formas de educação dos “deficientes”, seja na preocupação com a educação das meninas, ou com as experiências fascistas que tomaram diferenças étnicas como via de exclusão e perseguição de grupos determinados de crianças em épocas e locais distintos. A noção e hábito de consumo tornam-se mais e mais importantes. Permitir-nos-emos uma citação mais detalhada de reflexões pertinentes ao assunto (SILVA & SOUZA, 2008, p. 27).

Sendo que o esperado é intervir, possivelmente, no início de toda vulnerabilidade com relação as drogas, não descartando as outras turmas e sim as considerando como sequência do projeto. E poder proporcionar a proteção ao cidadão contra as drogas por meio da conscientização através da informação que falta a aqueles. Pois identificado desprovemento pode ter se originado a partir de concepções de que os estudantes infanto-juvenis seriam desprovidos de capacidades cognitivas ou ainda que não fazem parte do público alvo dos traficantes. Elevando a problemática da drogadição em crianças. Exigindo assim, ações do Estado como o desenvolvimento de órgãos e estratégias para o atendimento desta demanda. Dentre estas estratégias temos a criação de órgãos como o CAPS I (Centro de atenção psicossocial infantil) descrito na portaria do Ministério da Saúde a seguir:

4.4 – CAPS i II – Serviço de atenção psicossocial para atendimentos a crianças e adolescentes, constituindo-se na referência para uma população de cerca de 200.000 habitantes, ou outro parâmetro populacional a ser definido pelo gestor local, atendendo a critérios epidemiológicos, com as seguintes características: 5 a - constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária destinado a crianças e adolescentes com transtornos mentais; b - possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local; c - responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental de crianças e adolescentes no âmbito do seu território; d - coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades de atendimento psiquiátrico a crianças e adolescentes no âmbito do seu território e - supervisionar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, na atenção à infância e adolescência; f - realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999 e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial; g - funcionar de 8:00 às 18:00 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana, podendo comportar um terceiro turno que funcione até às 21:00 horas. 4.4.1- A assistência prestada ao paciente no CAPS i II inclui as seguintes atividades: a - atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros); b - atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outros); c - atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio; d - visitas e atendimentos domiciliares; e - atendimento à família; f - atividades comunitárias enfocando a integração da criança e do adolescente na família, na escola, na comunidade ou quaisquer outras formas de inserção social (MS, 2002, art. 4º).

A citação acima, afirma diretamente a existência da demanda de crianças e pré-adolescentes afetados pelo uso de substâncias psicoativas. Pois, o Estado no uso de suas atribuições por meio do Ministério da Saúde, criou o Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e outras drogas para crianças e adolescentes sob o estado da dependência química. Esta demanda também enquadra nosso público alvo:

Com relação à presença de drogas dentro da escola, a comparação dos dados referentes a esses atores mostra que o número de alunos que afirmam ter presenciado o uso de drogas na escola é duas vezes superior ao de membros do corpo técnico-pedagógico: 23,1% (1.070.393) dos alunos dizem existir drogas nas escolas ante a 10,8% (338) dos professores constatam o mesmo. No que toca aos pais, uma média de 3,4% (454) fez tal afirmação<sup>16</sup>.

Vale ressaltar que apresentações, palestras, debates e dramatizações quando usados como prevenção da problemática da droga no ambiente escolar, configura-se em mais do que uma forma de tratamento e sim em uma oferta de educação no sentido pleno desta, porque não se limita aos muros da escola.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/studies-and-evaluations/violence/drugs-in-schools/> Acesso em 05 de junho de 2015.

### CAPÍTULO 3: CONSCIENTIZAR É PROTEGER

O presente projeto de intervenção é um instrumento que tem a finalidade de conscientizar os estudantes do 5º ano A da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves através da oferta de informações quanto a problemática da drogadição. E, com a oferta de informações, proporcionar a consciência necessária a proteção contra as influências negativas das drogas. Ainda a nossa ação é a de implementação de mudança da realidade de estudantes do 5º ano A da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves estarem fazendo o uso de drogas no ambiente escolar.

A nossa intervenção acontecerá em quatro etapas, a saber: A primeira etapa é a da observação do espaço escolar. Para recolhimento de informações pertinentes ao nosso objeto de estudo. Em vista do reconhecimento da realidade da comunidade escolar. E, assim sabermos termos embasamento para trabalhar a temática da droga com o público infanto-juvenil da comunidade escolar do 5º ano A.

A primeira etapa consiste na realização de um diagnóstico. A intervenção sendo centrada na realidade, ela requer um bom conhecimento do ambiente e da comunidade em que se quer intervir, identificando seus problemas, necessidades e potencial. Quais são, nesta turma, nesta escola ou nesta comunidade, as questões mais prementes relacionadas aos dos direitos infantojuvenis? O que precisa ser feito? A que nível convem agir?<sup>17</sup>.

O entendimento discutido acima nos proporciona além da instrumentalização da primeira etapa as informações necessárias à execução da etapa seguinte. Pois, a segunda etapa será a de aplicação de questionário com os representantes de cada classe da comunidade escolar, para que assim o texto seja enriquecido pelo entendimento dos atores envolvidos no espaço escolar dos alunos do 5º ano A, como discutido abaixo:

Os questionários permitem uma coleta de informações de um número significativo de pessoas para analisar as correlações entre respostas quantitativa . A pesquisa quantitativa é considerada como o instrumento privilegiado da análise causa-efeito. Essa análise consiste em testar hipóteses relativas a relações objetivas, ou seja, inacessíveis à consciência individual, entre um objeto científico considerado como efeito ou resultado, e variáveis

---

<sup>17</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo % 20IX % 20 -% 20 Elabora % C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20I%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf), p. 09.

independentes, consideradas como indicadores de causas. (variáveis); trata-se de uma técnica<sup>18</sup>.

As informações alcançadas pela aplicação do questionário exposto no anexo A, serviram de complemento das ideias pertinentes da revisão literária de nosso trabalho. A etapa seguinte é a de sensibilização com cada classe representante. Almejando com esta etapa despertar nos quatro grupos, o sentimento de importância no processo educativo, como discutido na citação abaixo:

Todos os profissionais da escola são importantes para a realização dos objetivos do projeto pedagógico. Os professores são responsáveis por aquilo que os especialistas chamam de transposição didática, ou seja, concretizar os princípios político-pedagógicos em ensino-aprendizagem. Cada um dos demais profissionais tem um papel fundamental no processo educativo, cujo resultado não depende apenas da sala de aula, mas também da vivência e da observação de atitudes corretas e respeitadas no cotidiano da escola. Tamanha responsabilidade exige boas condições de trabalho, preparo e equilíbrio. Para tanto, é importante que se garanta formação continuada aos profissionais e também outras condições, tais como estabilidade do corpo docente, o que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma adequada relação entre o número de professores e o número de alunos, salários condizentes com a importância do trabalho, etc (RIBEIRO e KALOUSTIAN, 2007, p. 47).

Por fim, a quarta etapa que será por meio de encontro com todas as representações para realização de apresentações, debates e dramatizações que serão realizados em dois dias diferentes. Priorizando sempre o trabalho com as quatro representações que compõem a comunidade escolar, a dos alunos, dos professores, as de apoio operacional e de pais de alunos, dada importância de se trabalhar com todos que compõem a comunidade escolar como vimos na citação acima. Para tanto, segue um quadro com as etapas a serem descritas e outro quadro com os recursos a serem utilizados:

---

<sup>18</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo % 20IX % 20 -% 20 Elabora % C3 % A7 % C3 % A3o % 20de % 20planos % 20de % 20interven % C3 % A7 % C3 % A3o % 20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf), pp. 22-23.

## ETAPAS

Nº	AÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO	META
01	Etapa de observação	07/07 e 21/07	Coleta de informações para o desenvolvimento da intervenção.	Obter informações disponíveis na comunidade escolar que servirão para o desenvolvimento da intervenção, por meio das quais o nosso problema de estudo poderá ser mensurado e definido.
02	Etapa de aplicação de questionário	14/07	Aplicação de questionário com a ajuda de um funcionário da secretaria a cada uma representando de classe da comunidade escolar, a saber, seis professores, 25 alunos, três agentes de apoio operacional e 21 mães e pais de alunos.	Proporcionar atividades conforme o nível de conhecimento e compreensão de todo o público alvo.
03	Etapa de sensibilização	07, 14, 21 e 28/08	Realização de uma sequência de palestras com a distribuição de material informativo sobre as drogas.	Conscientizar os participantes da comunidade escolar quanto a necessidade de estarem atualizados quanto a importância do tema a ser trabalhado, por meio de um encontro de explicação e exposição da intervenção.
04	Etapa de discussão	20 e 27/11	Realização de debates, filme e apresentações sobre as drogas.	Promover ao público alvo o auto desenvolvimento de conhecimento e avaliação sobre

				uso abusivo das drogas.
--	--	--	--	-------------------------

### RECURSOS

Nº	RECURSO	FINANCIADOR
01	Água	EMCEA
02	Cartilhas informativas sobre drogas	CAPS ( Centro de Atenção Psicossocial), Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde e EMCEA (Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves).
03	Cartolinas	Secretaria de Educação
04	Cola	EMCEA
05	Projektor multimídia	Secretaria de Educação
06	Espaço Físico	Prefeitura
07	Fita adesiva	EMCEA
08	Lápis	Secretaria de Educação
09	Refeições	EMCEA
10	Resma de papel	Secretaria de Educação
11	Tesouras	EMCEA

### RECURSOS HUMANOS

Nº	RECURSO	FINANCIADOR
01	Conselheiros	Conselho Tutelar
02	Coordenadora pedagógica	EMCEA

A etapa da observação por meio das visitas ocorreu no dia 07/07, em que fizemos o nosso primeiro contato com a escola. O contato foi através da coordenadora pedagógica Gisele, a mesma nos informou que além da ação dos professores na abordagem do tema “As Drogas”, através da proposta de trabalho por temas transversais da Lei de Diretrizes de Base que houve a execução recentemente do PSE (Programa Saúde na Escola). Que é uma articulação entre Escola e Rede Básica de Saúde. Em que profissionais da saúde expandem suas ações no ambiente escolar. E, objetivam a conscientização sobre as drogas, por meio de palestras e distribuição de materiais informativos.

Ainda, soubemos da ação do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) que atuaram por meio de palestras e oferta de materiais informativos contra as drogas. Ação representada em foto cedida e integrada a este texto em que o agente multiplicador, policial, estava a trabalhar o tema da droga por meio de palestra.



Figura 1 - Agente multiplicador do Programa de Resistências às Drogas, ministrando formação sobre as drogas aos alunos da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves no de 2013 e que serviram como ponto de referência quanto ao conhecimento dos alunos em relação as drogas. Material ou figura do acervo próprio da EMCEA.

Em seguida, no dia 14/07, ocorreu a etapa da aplicação de questionário. Foram realizadas entrevistas com onze professores, vinte e cinco alunos, cinco profissionais de apoio e vinte e cinco pais e mães de alunos do quinto ano A. Todos os convidados aceitaram responder as perguntas do questionário separadamente por classe ou composição social da comunidade escolar. Ações descritas acima podem ser observadas nas imagens seguintes:



Figura 2 Fotografia da aplicação de questionário aos professores. Acervo da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves.



Figura 3 da aplicação de questionário aos pais e mães de alunos. Acervo da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves.



Figura 4 da aplicação de questionário aos alunos do 5º ano A. Acervo da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves.



Figura 5 da aplicação de questionário aos profissionais operacionais. Acervo da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves.

Sendo estas as perguntas do questionário aplicado: O que são drogas? Você ou alguém próximo faz uso de drogas? Qual a melhor maneira de se prevenir ou se tratar a dependência? Tem conhecimento das principais consequências das drogas? A droga é uma doença ou desvio de comportamento? O que fazer quando descobrirmos que alguém está com problemas com as drogas? Onde procurar ajuda? Com o intuito de sabermos qual o real conhecimento destes com relação a drogadição precoce no ambiente escolar. Estas perguntas nos possibilitaram o contato com o conhecimento mínimo de cada ser social da comunidade escolar.

No dia 21/07, expusemos a direção da escola o resultado do questionário aplicado na ação anterior. A partir dos resultados obtidos com a aplicação do questionário acima, vimos a predominância de uma definição vaga da palavra droga. Poucos admitiram já terem usado drogas. Alguns entrevistados disseram que a drogadição era uma doença e os outros falaram que um desvio de comportamento. Quanto ao que fazer quando descoberto que alguém está com problemas com as drogas, alguns disseram que o caminho correto seria o aconselhamento e outros para procurar o médico.

Salientamos que as observações feitas no parágrafo anterior quanto as respostas dadas ao questionário aplicado em momento algum objetivou a generalização de um público. E, sim a compreensão da realidade da drogadição dos estudantes do 5º ano A, compreensão também discutida em no texto que se segue:

É necessário lembrar que os dados coletados são qualitativos . Um erro comum é generalizar a informação em afirmações como: “a maioria das pessoas pensa que...” ou “X porcentagem da população pensa que...”. Os dados coletados numa sessão de grupo focal são somente opiniões, úteis para entender as condutas da população ou para o desenho de mensagens efetivas, dirigidas para essas condutas. Portanto, os dados não podem ser usados para fazer generalizações sobre as características da população estudada. Em alguns casos, a opinião expressa por somente um indivíduo do grupo pode ser a informação mais útil para o programa. Em outros grupos, os comentários (verbais ou não verbais), sobre uma opinião expressa pelo membro de um grupo, pode resultar na mais pertinente<sup>19</sup>.

Desta forma, percebemos que há muita informação a ser ofertada a comunidade do 5º ano A da EMCEA, quanto a drogadição e suas respectivas implicações. Procuramos ainda, demonstrar a necessidade de uma intervenção que venha proporcionar um maior conhecimento

---

<sup>19</sup> Disponível em: Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf). Acesso em: 02 de março de 2015 . p.15

ou consciência quanto a problemática da drogadição e a dependência que esta pode provocar. Como o fato de que a drogadição está se dando cada vez mais cedo por meio de pré-adolescentes e crianças. E, a partir desta explanação, a equipe gestora concordou com a intervenção e se pôs à disposição.

Ainda, o levantamento de materiais e de programas e aplicação de questionário nos possibilitaram uma boa percepção da realidade. A percepção de que o problema da drogadição infanto-juvenil é a falta de informações ou de consciência quanto ao real significado do que seja droga, as consequências que estas provocam e o que fazer quando necessária a ajuda e a percepção acerca de quem precisa ser ajudado.

Sendo assim, propomos agir objetivando a prevenção através da conscientização por meio de orientações, oferta e produção de conhecimento. As ações que farão parte do plano de intervenção a ser aplicado na EMCEA, ocorrerão nos dias 07, 14 e 21 de agosto, também 20 e 27 do mês de novembro.

A terceira etapa acontecerá no dia 07 de agosto, no horário do intervalo das aulas do período da manhã nos reuniremos com os professores para a entrega do material “Drogas: Cartilha para Educadores” em preparação para os dias 20 e 27/11. Expondo ainda a importância da ação por meio da conscientização da criança e do pré-adolescente e de todos que compõe a comunidade escolar quanto à problemática das drogas. Devido a constante mudança e chegada de informações no âmbito da drogadição. Objetivando a sensibilização dos 11 professores quanto a importância de uma intervenção. Em que este material foi cedido pelo Centro de Atenção Psicossocial em álcool e Outras Drogas Santo Onofre<sup>20</sup> e confirma juntos aos Parâmetros Curriculares Nacionais a importância da abordagem do tema dentro e fora da escola:

É necessário reconhecer que o fenômeno moderno das drogas é produto da própria vida em sociedade, das rupturas nas relações afetivas e sociais e da desproteção de seus membros. Atualmente, as drogas são distribuídas segundo regras financeiras e comerciais do mercado, como todas as demais mercadorias, ocupando um lugar altamente lucrativo na economia e uma posição própria no modo de organização social (PCNs, 1998, 271).

No dia 14/08, na reunião técnica da escola se farão presentes todos os profissionais do operacional. Nesta reunião, cederemos para todos a cartilha “Drogas: Cartilha Para

---

<sup>20</sup> O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas Santo Onofre é uma unidade de saúde especializada no tratamento de pessoas com dependência química, localizado na rua Maria Angélica da Conceição, 1587, centro da Cidade de Itabaiana do Estado de Sergipe.

Educadores”. Como também falaremos da aplicação e importância de nosso projeto a todos os profissionais presentes.

No dia 21/08, será realizada a reunião de pais e mães dos alunos, no período da tarde, na qual falaremos do projeto e da necessidade de participação de todos. Estimularemos ainda que alguns pais externem a realidade da necessidade de intervenções para com os alunos quanto à problemática das drogas. Como também, distribuiremos cartilhas sobre drogas do Ministério da Saúde e assim, como Glaciene Januário Hottis Lyra nos diz:

A família é a primeira mediadora entre homem e a cultura, ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e da construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais e particulares (LYRA, 2014, p. 01).

No dia 28/08, no período da manhã, quinze minutos antes, do intervalo, concessão da diretoria, faremos uma breve explanação da intervenção e a distribuição de folders cedidos pela secretaria municipal de saúde, do Programa Saúde na Escola, voltados a realidade das drogas. Sendo os folders cópias retiradas na própria escola. Assim, as ações dos dias 20 e 27/11, serão o ápice de nossa intervenção, como descritas logo em seguida.

No dia 20/11, no Centro Comunitário da Cidade de Macambira, local o qual a secretaria de educação da cidade de Macambira nos cedeu para o evento, projetado para acontecer no horário da manhã. Precisamente, às 08h, será realizada, inicialmente, uma apresentação dos trabalhos da EMCEA, por meio de uma apresentação em Power Point. Em que não só esta, como as atividades seguintes, serão direcionadas aos alunos, professores, demais funcionários operacionais e os pais de alunos.

Sendo ainda a intervenção ou o direcionamento das atividades da intervenção, realizado por nós, aluno do curso e conselheiros tutelares convidados. Pois, tal definição se deu na percepção de que os trabalhos fluirão melhor ou terão um efeito mais consistente, se todos os componentes da comunidade escolar participassem efetivamente da ação.

É claro que para estímulo de professores e alunos, em acordo com a iniciativa da própria direção, a qual definiu que os professores participantes, assinarão como aula e estes pontuarão a presença e participação dos alunos. A preocupação com a participação de todos que compõe a comunidade escolar no desenvolvimento da educação para com as crianças e adolescentes também é expressa pelo ECA (Estatuto da Criança e do adolescente):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (1990, art. 4º).

Então, após a apresentação de aproximadamente de vinte minutos, começaremos a realização de atividades de competição (Corrida de saco, dança da laranja, corrida com ovo na colher, a dança das cadeiras e futsal), entre os quatro grupos já citados, professores, demais funcionários operacionais, os pais e mães de alunos e alunos. Pois, o objetivo dessas atividades é o de descontração e possibilidade de aproximação entre componentes dos grupos. A partir das 09h breve intervalo de 15 minutos com lanche cedido pela secretaria de educação. Em seguida, a apresentação do filme Bicho de Sete Cabeças (LAÍS BODANZKY, 2000) que fala sobre Neto que é um jovem estudante proveniente de uma família de classe média baixa, com pais pouco informados. E, ao descobrirem em que situações seu filho está envolvido a partir do achado de um cigarro de maconha na roupa do rapaz, o pai (vivido por Othon Bastos) decide pela internação imediata do jovem em um sanatório.

Em seguida, às 10h 30, retorno as atividades por meio de uma breve recontextualização do filme e divisão dos grupos com respectivos temas: pais de alunos (A relação escola e pais), profissionais do setor operacional (O ambiente escolar), professores (O diálogo entre professores e alunos), alunos 1 (Quais os valores mostrados no filme, ou ainda, quais os valores faltaram no contexto em que o personagem central está inserido) e alunos 2 (Como evitar cair num ciclo vicioso (não necessariamente de drogas, mas de comportamentos e reações agressivas). Sendo necessário perceber que o total de funcionários que estarão presentes, serão 05 funcionários de apoio operacional, 11 professores, 25 pais e mães de alunos e 25 alunos. Em que os participantes que não se envolverem diretamente ou indiretamente nas atividades, comporão a assembleia.

Ressalvando ainda que os dois grupos de alunos serão acompanhados cada um por um conselheiro tutelar. A exibição do filme, além de ser uma forma didática mais atraente, servirá de material para os participantes elaborarem e avaliarem as dramatizações.

Os grupos em divisão deverão identificar pelo menos três cenas relativas ao tema respectivo; por volta das 11h 30, fazer uma breve explanação das cenas identificadas por no mínimo cinco pessoas eleitas. Sendo aqui salientado que os dois grupos de alunos serão direcionados, cada um, por um conselheiro; por volta das 11h 40, discussão e avaliação sobre

as atividades e aprendizado do dia com o compromisso de no dia 02/10, os cinco de cada grupo mobilizaram este para a elaboração de uma dramatização de 10 min, referente ao subtema trabalhado em apresentação. Sendo orientado ainda que durante toda semana no período da tarde, estaremos à disposição para a retirada de dúvidas e demais auxílios. Com o desenvolvimento das dramatizações, temos a intenção de proporcionar a todos os participantes uma melhor interiorização da temática das drogas. Encerrando às 10h 30 com almoço cedido pela Prefeitura Municipal de Macambira.

O dia 27/11, iniciará com um café da manhã, ofertado pela Prefeitura Municipal de Macambira e Secretaria de Desenvolvimento Social, seguido pela apresentação dos trabalhos do Conselho Tutelar de Macambira do ano de 2014 e 2015. Em sequência apresentação das encenações, seguidas pelo debate acerca destas, mediado pela Psicólogo do Caps<sup>21</sup> e apresentação de um organograma de assistência à saúde mental no município de Macambira e região por parte da Secretaria de Saúde de Macambira. Esta ação possibilitará ao público o conhecimento necessário para acionar os serviços públicos especializados no trato de pessoas que adoeceram pela drogadição. Este entendimento partiu de nossa revisão literária cuja a pesquisa documental permite entender melhor o contexto social e institucional da intervenção: População, ações já existentes, instituições que compõem a Rede de Proteção no município escolhido, etc<sup>22</sup>.

Vale ressaltar que a partir de nossa ação, desejamos alcançar a totalidade do público infante-juvenil do 5º ano A da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves. E, a partir do alcance poder fornecer o conhecimento do conceito básico do que seja droga, as vulnerabilidades que levam a esta, as consequências da mesma e os principais mecanismos de ação ou ajuda especializada na problemática da drogadição. Desta forma, queremos minimizar a vulnerabilidade das crianças e pré-adolescentes do quinto ano A. Possibilitando nas mesmas a produção de conhecimento ou o desenvolvimento de uma consciência capaz de não se deixar influenciar pela oferta, ou melhor, de se conscientizar para se proteger.

---

<sup>21</sup> A sigla citada acima tem por significado Centro de Atenção Psicossocial que pode ter como público alvo os doentes mentais severos, os dependentes químicos e ainda podem receber outras especificações a depender da idade do público e da intensidade do tratamento, como pode ser visto no site: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/outros-centros-atencao-psicossocial.html>.

<sup>22</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf). Acesso em: 02 de março de 2015, p.15.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual cenário social relativo ao uso de drogas é de contradição e de extremos. Situação percebida a partir de campanhas nacionais, estaduais e municipais, de cunhos privados e públicos que dia após dia, tentam sensibilizar toda a sociedade de que a problemática da droga, é de dimensão da área da saúde e não da segurança.

Porém, se formos pesquisar a fundo, veremos que desde o poder público não há esta consciência inicial. Pois, a maioria das campanhas são administradas pela justiça e quando não, realizadas em parceria com esta, o que alimenta ainda, a cultura de que o usuário de drogas ilícitas é marginal e, não um doente ou em potência para tal ou no mínimo está cometendo uma infração.

Por outro lado, há um paradoxo de forças entre extremos, em que não é difícil detectarmos as ideias que sustentam tais extremos que são o uso liberal e inconsciente e a proibição total e utópica.

Grupos lutam pela liberalização do uso de substâncias químicas, até então tidas como ilícitas. Fazendo o uso de argumento de que a legalização desarmaria muito tráfico de drogas. E, conseqüentemente a solução para muitos crimes existentes, como assassinatos, formação de quadrilhas, lavagem de dinheiro, do crime organizado entre outros. Podendo ser verdade ou não. No entanto, verdade é que a droga mais letal que temos hoje é álcool que sozinho é responsável por 80% das mortes provocadas pelo uso excessivo de substâncias psicoativas.

Ainda, a marginalização do uso provoca as guerras de ruas que presenciamos todos os dias através dos meios de comunicação, existentes entre traficantes, traficantes e polícia e outros. Como também, o tráfico de drogas não só no Brasil como em outros países, é o principal meio de lavagem de dinheiro e financiamentos ilícitos, até mesmo de campanhas eleitoreiras.

E, no meio dessa guerra de pensamentos fica a sociedade a merce das consequências de influências totalmente impregnadas de interesse político partidário e econômico. Interesse político e econômico, porque o mundo das drogas movimenta uma receita absurda dentro da administração pública que por vezes não se destina ao seu objetivo final, devido a existência de administradores corruptos. Assim, o interessante para alguns atores sociais é que permaneça como está ou até mesmo fazer com que tal situação se transforme em um mercado maior. Através da liberação e aplicação de uma grande carga tributária.

De certa forma, a vulnerabilidade existente se faz por meio da oferta ao público desinformado e acontece por diversos meios, um dos piores é a própria propaganda nas

televisões que sempre estão a relacionar a bebida ao prazer o que afeta diretamente o público que almejamos intervir.

Já dentro das escolas, além das propagandas, temos a agilidade de traficantes que se aproveitam da ingenuidade ou ignorância de nossas crianças e pré-adolescentes. A infiltração de drogas nas escolas não é algo recente. Mas, o fato é que os traficantes possuem um arsenal de ideias para a venda de seu produto: Por vezes, utilizam-se de jovens que se infiltram nas unidades de ensino ou na frente destas, com pontos de drogas próximos as unidades escolares e até mesmo jogando a droga por cima dos muros ou pelo portão.

Mas, o fato é que diante desta ou qualquer outro tipo de investida para com a oferta e uso de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas, o melhor combate ou proteção é a conscientização, ou ainda, a conscientização como principal meio de proteção.

De fato, o problema do uso e abuso de drogas na infância passa pela educação, uma educação consciente dos próprios atos e crítica da realidade que se é inserido. Nossa intervenção trabalha focada na conscientização, provocando a existência de um cidadão consciente de seus direitos e deveres.

Ainda, o desenvolvimento do projeto nos provocou um sentimento de satisfação por estarmos a ajudar vidas por meio da articulações de ideias trabalhadas em conjunto com toda a comunidade escolar. Objetivamos com o nosso projeto, além de implementar as ações da comunidade escolar para com a drogadição, estimular o desenvolvimento de uma educação a comunidade escolar, reflexiva, capaz de fornecer a cada um, os instrumentos necessários ao exercício da cidadania que levará a proteção por meio de uma consciência crítica. Reflexão também realizada no material didático “Elaboração de planos de intervenção educacional”, vista a seguir:

Um plano de intervenção é uma ferramenta a serviço de um objetivo de natureza pedagógica e/ou educacional. Trata-se de um instrumento de trabalho utilizado para organizar ações, de modo a alcançar os objetivos pretendidos. Ele se fundamenta na realidade sócio-cultural e responde a necessidades sociais e educacionais; trata-se de uma proposta objetiva e focalizada, destinada a implementar mudanças para resolver problemas da realidade<sup>23</sup>

Também temos a consciência de que a intervenção em questão não será um agente imunizador com efeito de erradicação da drogadição e das consequências destas sobre o público

---

<sup>23</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf). Acesso em: 02 de março de 2015, p.02).

infanto-juvenil do 5º ano da Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves. Porém, todos que participarem do projeto de intervenção, terão em mente a compreensão de que sem drogas não vivemos. Ao tempo que com o excesso dela ou o mal uso, deixamos de viver. Assim, estaremos a realizar o nosso propósito que é o de implementação ações que visam a proteção pela conscientização. Por meio de atividades informativas quanto a realidade da drogadição no ambiente escolar.

Faz-se necessário entender que desde a concepção, somos expostos a ações de drogas. Já no ventre da mulher o bebe sofre a influencia de mediações que agem diretamente no desenvolvimento do feto. Ao nascer, os fármacos continuam e são acrescentados outros por meio de vacinas. Também na alimentação, principalmente no Brasil, há um excesso de agrotóxicos com fins de prevenção e extermínio de pragas. E, além destas, as drogas psicoativas que em sua maioria são os farmacos e a minoria é composta por substâncias que objetivam o prazer pela a alteração do funcionamento normal do sistema nervoso. Enfatizamos ainda que a auto medicação dentro do ambiente escolar também é algo que faz parte do cotidiano do público a ser alcançado. E, que não tem a noção de que ao se auto medicar, a pessoa também esta se drogando. Podendo até provocar situações indesejáveis.

Apontamos ainda que a experiência de se construir e aplicar um projeto de intervenção na Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves é de muita satisfação. Pois, o trabalho nos permite o contato com muitas pessoas e a aquisição de conhecimento a partir deste. Além disso, a possibilidade de estarmos contribuindo com o futuro de crianças e adolescentes. E, o material do módulo IX nos orientou bem quanto a este entendimento de que todos temos o que ensinar um ao outro:

Portanto, a intervenção não visa apenas o aprendizado de conteúdos específicos sobre direitos infanto-juvenis mas precisa também zelar pela aquisição de valores. Enfim, a intervenção deve ser desenvolvida num ambiente respeitoso dos direitos infanto-juvenis de modo que discurso e prática sejam articulados e coerentes: trata-se de levar as prescrições jurídicas até a prática. Nesse sentido, a intervenção busca promover o exercício dos direitos infanto-juvenis, preparando assim os educandos a ser, além de beneficiários, atores desses direitos; trata-se de evidenciar a ligação intrínseca entre direitos e responsabilidades<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Disponível em: [http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf). Acesso em: 02 de março de 2015. p. 04.

Vale ressaltar que o efeito de nossa intervenção será avaliado mediante a participação de toda comunidade escolar e pela qualidade da participação nas atividades executadas que é o reflexo do conhecimento assimilado e desenvolvido mediante a execução da intervenção.

## **ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE ESCOLAR**

**1-O que são drogas?**

**2-Você ou alguém próximo faz uso de drogas?**

**3-Qual a melhor maneira de se prevenir ou se tratar a dependência? Tem conhecimento das principais consequências das drogas?**

**4-A droga é uma doença ou desvio de comportamento?**

**5-O que fazer quando descobrirmos que alguém está com problemas com as drogas?  
Onde procurar ajuda?**

Questionário na Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves em busca de informações referentes ao uso de drogas por parte dos alunos e que serviram como ponto de referência quanto ao conhecimento destes em relação as drogas. Material ou questionário do acervo próprio de nossas pesquisas.

**ANEXO B - CRONOGRAMA**

2015					
ATIVIDADES	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
PESQUISA	X	X	X		
ELABORAÇÃO	X	X	X	X	
OBSERVAÇÃO	X				
ENCONTROS	X				X

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Robson Cosme de Jesus. **Enfrentamentos à violência contra criança e adolescente.** Disponível em: <[http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5023/mod\\_resource/content/1/Escola\\_que\\_Protege\\_-\\_Modulo\\_8.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5023/mod_resource/content/1/Escola_que_Protege_-_Modulo_8.pdf)>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

Brasil Escola: **O Que é Cidadania?** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/cidadania-ou-estadania.htm>>. Acesso: 21 mai. 2015.

BODANZKY, Laís. **Bicho de Sete Cabeças.** Brasil: Columbia TriStar, RioFilme. (DVD - 80 min.).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº. 8069/1990.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais Temas Transversais - Saúde.** Brasília: 1997-1998.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Drogas nas Escolas.** Brasília: UNESCO, 2002.

**Conceito de Drogas.** Disponível em: <[http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/drogas\\_conceito.htm](http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/drogas_conceito.htm)>. Acesso em 17 de março de 2015.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em: 12 de junho de 2015. Art. 1º, 5º, 20, 62, 64 e 205.

**Elaboração de plano de intervenção educacional.** Disponível em: <[http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod\\_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5486/mod_resource/content/2/Modulo%20IX%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20educacional.pdf)>. Acesso em: 02 de março de 2015.

Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves. **Projeto Político Pedagógico.** Macambira: 2014.

Escola Municipal Cecílio Eugênio Alves. **Regimento Interno.** Macambira: 2009.

LEOPOLDO, Denise Leal Fontes Albano & ALVES, Robson Cosme de Jesus. **Atores, papéis e atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da criança e do(a) adolescente no Brasil.** Disponível em: <[http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/4669/mod\\_resource/content/2/09312806112014Direitos\\_Infanto-Juvenis\\_no\\_Ambiente\\_Escolar\\_Aula\\_5.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/4669/mod_resource/content/2/09312806112014Direitos_Infanto-Juvenis_no_Ambiente_Escolar_Aula_5.pdf)>. Acesso em 02 de maio de 2015.

LYRA, Glaciene Januário Hottis. **Importância da Integração família escola, suas dificuldades e seus encontros, dialogo necessário para a construção do sujeito e o futuro**

**do contexto escolar.** Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-da-integracao-familia-escola-suas-dificuldades-e-seus-encontros-dialogo>>. Acessado em 12 de março de 2015.

MEYER, Marine. **Guia prático para programas de prevenção de drogas.** São Paulo: Hospital Albert Einstein, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria 336 de 19 de fevereiro de 2002.**

**PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2015.

PASSOS, Gleide Prado da Rocha & SOUZA, Marcos Santana de. **Ética e Cidadania.** Disponível em: <[http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5905/mod\\_resource/content/1/15154923022015\\_Direitos\\_Infanto\\_Juvenis\\_no\\_Ambiente\\_Escolar\\_-\\_Escola\\_que\\_Protege\\_-\\_Modulo\\_11.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/5905/mod_resource/content/1/15154923022015_Direitos_Infanto_Juvenis_no_Ambiente_Escolar_-_Escola_que_Protege_-_Modulo_11.pdf)>. Acesso em 05 de junho de 2015.

**Pesquisa drogas nas escolas.** Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/studies-and-evaluations/violence/drugs-in-schools/>> Acesso em 05 de junho de 2015.

ROMANELLI, Geraldo e CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **Autoridade e poder na família** In: A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995, p. 73-88.

RIBEIRO, Vera Masagão e KALOUSTIAN, Silvio. **Indicadores de Qualidade na Educação.** São Paulo: Ação Educativa, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. **Inovando com democracia, ainda uma utopia.** Novos Cadernos NAEA, Pará, v. 2, p. 149-162, 1999.

TV ESCOLA. **Prevenção ao uso de drogas: A escola na rede de cuidados.** Disponível em: <[http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/05/2013\\_SALTO\\_PARA\\_O\\_FUTURO\\_Prevencao\\_ao\\_uso\\_de\\_Drogas.pdf](http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/05/2013_SALTO_PARA_O_FUTURO_Prevencao_ao_uso_de_Drogas.pdf)>. Acesso em 15 de abril de 2015.

SILVA, Priscila Soares; BEZERRA, Daniela Moura & SILVA, Williams Souza. **ECA no ambiente escolar.** Disponível em: <[http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/4945/mod\\_resource/content/1/M%20C3%20B3%20dulo%20VII%20-%20ECA%20no%20Ambiente%20Escolar.pdf](http://www.cesad.ufs.br/fc/pluginfile.php/4945/mod_resource/content/1/M%20C3%20B3%20dulo%20VII%20-%20ECA%20no%20Ambiente%20Escolar.pdf)>. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

SILVA, Paulo Vinícius Batista da & SOUZA, Gizele. **Notas sobre estudos da infância.** In: SILVA, Paulo Vinícius Batista da; LOPES, Jandicleide Evangelhista & CARVALHO, Arianne. Por uma escola que protege: A educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa: UEPG, 2008. pp. 21-44.

**V Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras. (2006). Brasília: Departamento de Psicologia da Escola Paulista de Medicina e Secretaria**

**Nacional Antidrogas.** Disponível em: <[www.obid.senad.gov.br/ OBID/Portal](http://www.obid.senad.gov.br/OBID/Portal)>. Acesso em: 28 setembro 2015.

WHO 1986. **Carta de Ottawa**, pp. 11-18. In Ministério da Saúde/FIOCRUZ. Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Ministério da Saúde/IEC, Brasília.